

Reflexões sobre preconceito e religião em diálogos com adolescentes

Nayara Emanuele da Silva Freitas¹

Hugo Domingos Gomes²

Marli Lucia Tonatto Zibetti³

Resumo. O texto tem por objetivo descrever e analisar uma experiência de prática de ensino, vivenciada por estudantes da licenciatura em psicologia, em uma escola estadual de ensino médio na cidade de Porto Velho - RO. Após levantamento prévio dos interesses dos estudantes, foram planejadas intervenções em formato de minicurso cuja temática central foi o preconceito e suas manifestações. A análise da experiência desenvolvida indica a forte presença da intolerância religiosa no contexto escolar e a necessidade de se criar um ambiente de diálogo e espaços para reflexão coletiva nas instituições educativas para contribuir com a formação crítica dos estudantes. Além disso, indica as possibilidades de contribuição da psicologia no desenvolvimento de posturas de escuta que facilitem o diálogo entre educadores e educandos ampliando oportunidades de combate aos preconceitos e fortalecimento da aceitação das diferenças no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Ensino Médio. Docência. Psicologia Escolar.

1 Introdução

A problemática do preconceito foi estudada por diversos autores, das mais variadas áreas de conhecimento. Para Jahoda e Ackerman (1969), conforme citados por Antunes e Zuin (2008), o preconceito pode ser caracterizado por atitudes hostis direcionadas a um grupo ou a um indivíduo que faça parte deste grupo, ocupando uma função irracional na personalidade. Segundo Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) o preconceito é tão velho quanto a humanidade e por esta razão é difícil de ser extinto. Entretanto, entendemos o preconceito conforme descrito por Crochík (1996), não como uma característica inata e presente em todos os seres humanos, mas algo aprendido e desenvolvido durante as socializações, ou seja, nas relações sociais. Portanto, o

¹ Estudante do 6º Período do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: nayara_emanuele@hotmail.com

² Estudante do 6º Período do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: hugo_hdg@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; Pós-Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas sobre processos de escolarização e formação de professores. E-mail: marlizibetti@yahoo.com.br

preconceito tem origem social, à medida que os sujeitos introjetam a cultura e os valores presentes em determinada sociedade, ao mesmo tempo em que refletem os conteúdos e aspectos psíquicos de quem se manifesta de forma preconceituosa. (FERRARI, 2006).

No contexto escolar, compreendemos como fundamental a discussão sobre o preconceito, tendo em vista que, como citado anteriormente, este se desenvolve a partir das relações sociais. Vemos a escola como contexto de desenvolvimento humano (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 25), em nível de conhecimento formal e de relacionamentos interpessoais, envolvendo em sua composição as mais variadas pessoas, com diferenças entre si, sejam étnicas, de gênero, religiosas ou de orientação sexual. A escola, assim, traz em seu funcionamento práticas de transmissão dos saberes científicos, mas também o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, podendo promover experiências positivas de valorização das diferenças ou negativas de exclusão e sofrimento (FREIRE, 1996; BOCK, 2003).

Este relato de experiência tem por objetivo descrever e analisar aspectos relacionados ao preconceito e à religião, observados a partir de prática pedagógica realizada em uma escola estadual da cidade de Porto Velho – RO, com adolescentes de 1º e 2º anos do ensino médio, em julho de 2016. Esta prática se constituiu em um minicurso, cuja temática abordada foi “Preconceito Racial, de Gênero e Xenofobia”.

No intuito de demonstrar a importância do diálogo com os adolescentes (LEAL; FACCI; SOUZA, 2014), da validade de sua participação e opinião para a realização desta prática, o artigo destaca elementos que emergiram a partir das contribuições dos estudantes em relação ao preconceito religioso, temática recorrente e preponderante na fala dos participantes do minicurso. Percebemos o preconceito religioso como intolerância às diferentes crenças que, conforme demonstrado por Wachholz (2011), é histórica na sociedade brasileira, desde suas origens.

O texto está dividido em duas seções principais. Inicialmente descrevemos o contexto em que foi desenvolvida a experiência de prática de ensino e as ações empreendidas para o planejamento e o desenvolvimento do minicurso. Em seguida apresentamos os resultados, enfatizando aspectos da temática que merecem destaque por indicar as concepções dos participantes.

2 Do planejamento das ações aos resultados obtidos

A experiência objeto de análise neste texto foi desenvolvida, coletivamente, com os demais estudantes do quinto período do curso de Psicologia a partir de parceria entre a Universidade e a escola de educação básica que nos recebeu.

A escolha dos temas foi realizada com base em uma pesquisa anterior na qual os alunos da escola responderam a um questionário especificando quais assuntos lhes despertavam maior interesse. As respostas variavam em torno de sexualidade, drogas, preconceito, orientação profissional, acesso ao ensino superior, entre outros. Partindo destes resultados, definimos, em parceria com a professora e os demais alunos de nossa turma, os conteúdos que abordaríamos na atividade proposta, totalizando 14 minicursos oferecidos, durante dois dias seguidos, por duas horas em cada dia. Considerando que os 14 minicursos foram oferecidos ao mesmo tempo, os estudantes puderam escolher o tema que mais lhes interessava, devendo, a partir da escolha, comparecer ao mesmo minicurso nos dois dias.

Participaram do nosso minicurso 26 inscritos, em sua maioria meninos, sendo que 19 compareceram no primeiro dia (15 meninos e quatro meninas) e apenas 14 no segundo (11 meninos e três meninas). Apesar de possuir um número menor de participantes, o segundo dia contou com a presença de novos alunos que não participaram no dia anterior por não terem comparecido à escola.

As aulas foram divididas em: a) momentos de exposição teórica; b) análise de notícias, charges e propagandas para leitura em grupo e socialização; e c) encerramento com uma discussão sobre os assuntos trabalhados no dia.

Em ambos os dias, reorganizamos a sala formando um círculo com as carteiras para que os participantes pudessem ver uns aos outros. Sentados em roda junto com os alunos, expusemos a parte teórica sem a necessidade do quadro ou recursos audiovisuais, estabelecendo uma relação dialógica com os participantes. Para as demais atividades, formamos pequenos grupos que variavam entre quatro e sete participantes.

Por ser esta uma experiência nova para nós, muitos questionamentos surgiram: quantos alunos estarão presentes no minicurso? Quais as dificuldades que encontraremos? Qual será a dinâmica dos alunos? Serão eles participativos ou quietos? Estamos preparados para lidar com os imprevistos que possam surgir? Foi diante de

tantas perguntas e com muita ansiedade que buscamos nos preparar lendo artigos, livros, notícias, charges e propagandas com o intuito de formular o planejamento e possuir conteúdo suficiente para responder os diversos questionamentos que pudessem surgir. Conforme destacam Menegolla e Sant’Anna (2002, p. 31), a importância do planejamento é fundamental, uma vez que

É o planejamento educacional que estabelece as finalidades da educação, a partir de uma filosofia de valores educacionais. Somente com a elaboração do planejamento se pode estabelecer o que se deve realizar para que essas finalidades possam ser atingidas, e ver como podemos pôr em ação todos os recursos e meios para atingir os objetivos a que se propõe a educação.

Considerando que a temática a ser trabalhada consistia em tema transversal na formação dos estudantes, tínhamos como foco estabelecer uma relação dialógica com a turma de forma que pudéssemos levar informações que pudessem contribuir para a ampliação do que sabiam sobre o assunto, mas que também colocassem em jogo suas concepções e ideias.

Iniciamos o primeiro dia, com uma apresentação em que cada um dos presentes foi convidado a falar seu nome, ano, turma e se já haviam sofrido preconceito. Para não causar desconforto, a apresentação foi feita por aqueles que se sentiram à vontade para participar. O tema do dia foi o preconceito de gênero, sobre o qual apresentamos sua construção histórica, destacando a posição da mulher em cada período. Finalizamos com as atividades de leitura, socialização e problematização dos temas abordados.

Uma das atividades desenvolvidas foi a leitura da lista “18 dicas de como ser uma boa esposa” produzida em 1955⁴, e de um contrato de professora, elaborado em 1923⁵. Além disso foram distribuídas notícias, propagandas e charges sobre o preconceito contra a mulher para análise nos pequenos grupos e discussão coletiva em seguida.

Durante o primeiro dia, seguimos sem problemas o conteúdo estabelecido no planejamento. No entanto, observamos que, devido ao grande número de meninos em sala, apresentar um tema sobre preconceito de gênero gerou certo incômodo entre os

⁴ Disponível em: <<http://www.vix.com/pt/bdm/comportamento/18-dicas-para-ser-uma-boa-esposa-lista-de-1955-que-circula-pela-web-esta-causando>>.

⁵ Disponível em: <<http://www.blogdopedroeloi.com.br/2013/01/os-controles-sobre-educacao-um-contrato.html>>.

participantes do sexo masculino que mostravam expressões e gestos discordando em alguns momentos. Em uma de suas falas um aluno dos mais falantes no grupo declarou que “isso nos prejudica”, referindo-se ao feminismo. Porém, mesmo os que haviam discordado anteriormente, manifestaram indignação diante dos casos de violência e injustiça contra as mulheres descritas nas notícias que distribuímos.

No segundo dia tratamos de dois dos três assuntos propostos para o minicurso: preconceito racial e xenofobia. Iniciamos com uma breve recapitulação do dia anterior e introduzimos o tema diferenciando raça e etnia. Foram dirigidas perguntas aos alunos para que falassem sobre as formas de manifestação do preconceito racial nos dias atuais, destacando os estereótipos dos quais os negros são alvo. Em seguida conduzimos uma discussão no grande grupo sobre a questão das ações afirmativas. Além disso, recorreremos mais uma vez à leitura e socialização de notícias, propagandas e charges sobre preconceito racial.

Encerramos a atividade com um debate em que foi possível discutir os assuntos abordados nos dois dias do minicurso. Os alunos tiveram a oportunidade de posicionar-se defendendo ou combatendo o preconceito.

O segundo dia de minicurso mostrou-se um pouco mais desafiador: além do número menor de integrantes, durante a parte expositiva, um grupo de alunos estava sonolento e desmotivado. Diante disso, consideramos importante alterar o cronograma e adiantar as notícias que distribuiríamos posteriormente a fim de trazer mais dinâmica à aula, fornecendo ao longo das discussões os conteúdos que seriam apresentados via exposição inicial.

Consideramos que a mudança na metodologia trouxe resultados satisfatórios diante da realidade apresentada pelo grupo. Para Thomazi e Asinelli (2009, p. 182) “[...] a dinâmica do contexto e do cotidiano escolares nem sempre permitem o acompanhamento rígido e inflexível do planejamento.” Conforme Menegolla e Sant’Anna (2002, p. 25):

Planejar o processo educativo é planejar o indefinido, porque a educação não é um processo, cujos resultados podem ser totalmente predefinidos, determinados ou pré-escolhidos, como se fossem produtos decorrentes de uma ação puramente mecânica e impensável. Devemos, pois, planejar a ação educativa para o homem, não lhe impondo diretrizes que o alheiem. Permitindo, com isso, que a educação ajude o homem a ser criador de sua história.

Além do que apresentamos acima, outras mudanças foram necessárias nesse segundo dia. A discussão sobre ações afirmativas levantou aspectos muito importantes e que geraram reflexões, debates e mudanças de pensamento entre os alunos. Muitas das intervenções que fazíamos eram posteriormente incorporadas às falas deles.

O retorno de nossos esforços veio quando os alunos desabafaram, dizendo que, na escola, não existem muitos momentos como este para que possam expressar suas ideias e aprender sobre temas tão relevantes. Agradeceram a oportunidade afirmando que pediriam à nossa professora, assim como à direção da escola, que retornássemos mais vezes.

Consideramos, assim, que a sensibilidade dos professores para perceber a dinâmica da turma e fazer as mudanças necessárias para se adequar a tal realidade é muito importante e, sempre que possível, é fundamental acrescentar ao trabalho pedagógico questões cotidianas que podem ser analisadas à luz do conteúdo a ser trabalhado nas disciplinas. Sobretudo em casos onde não existe um conhecimento prévio da turma, é importante estar atento ao fato de não saber ao certo quais são as atividades que são mais efetivas, aprender com as experiências e aprimorar a didática utilizada.

Após a discussão sobre ações afirmativas, retomamos as apresentações e falamos sobre um tema que era muito aguardado pela turma: xenofobia. Dentro deste tópico, abordamos sobre preconceito religioso, o qual trouxe participações muito relevantes e, por isso, faz parte do enfoque sobre o qual discorreremos a seguir.

3 A Religião e a representação de preconceitos cotidianos

Nesta seção optamos por apresentar as questões mais relevantes e presentes no discurso dos alunos participantes do minicurso: a xenofobia e a intolerância religiosa, bem como o preconceito racial e de gênero vistos sob a ótica do discurso religioso. Por se tratar de uma prática de ensino na qual a participação ativa destes jovens se fazia muito importante, entendemos suas colocações como de extrema valia para avaliação dos resultados obtidos, no que diz respeito ao sucesso nas ações planejadas e nas não planejadas.

A importância da religião para estes adolescentes precisa ser compreendida a partir de diferentes aspectos. Segundo Becker, Maestri e Bobato (2015), com base em Assis et al. (2006), a religião é uma fonte de proteção e segurança para os adolescentes. Amparo et al. (2008), por meio de um questionário para levantamento de fatores de risco e proteção, num item sobre religiosidade, chegaram às seguintes constatações:

No que se refere aos fatores pessoais, a religiosidade e a espiritualidade parecem também atuar como elementos protetivos, quando os jovens qualificam esses aspectos, além de uma possível crença em “Deus”, incluindo uma necessidade de bem estar e de crescimento (AMPARO et al., 2008, p. 172).

Além do fator protetivo e do bem-estar proporcionados pela religiosidade, conforme apontado pelos estudos citados, podemos inferir a importância do contexto sociocultural no qual estes adolescentes estão inseridos para o peso atribuído a esta temática, constatado nesta prática. Segundo o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, o Estado de Rondônia tem uma grande variedade de denominações religiosas, predominando a católica e as evangélicas. Como indicativo do quanto a religião está presente na cultura rondoniense, há um feriado estadual instituído pela Lei nº 1026/2001, o Dia do Evangélico, comemorado em 18 de junho. Tendo estas considerações em mente, entendemos as falas dos adolescentes como produtos da realidade local em que vivem, associada a questões psicológicas subjetivas vivenciadas de diversas formas por cada um.

Notamos que o espaço criado para a participação dos estudantes revelou-se uma estratégia metodológica interessante, resultando em uma discussão não presente no planejamento original acerca do preconceito religioso e suas implicações dentro do ambiente escolar e extramuros. Surpresos pela motivação dos alunos neste assunto e, mais surpresos com o conteúdo levantado, analisamos a seguir algumas de suas valiosas colocações que contribuiriam sobremaneira para o processo de ensino ali instaurado.

3.1 Preconceito, xenofobia e intolerância religiosa

No segundo dia do minicurso nossa intenção era conceituar xenofobia como uma atitude discriminatória contra estrangeiros, alimentada por preconceitos nacionais, que

são históricos e sociais. (CISNEROS, 2001). Inicialmente poucos alunos sabiam o significado da palavra xenofobia. Para explicá-lo nos utilizamos do conceito da palavra estrangeiro, referido por Cereijido (2008). A autora explica que a palavra estrangeiro traz a raiz grega *xenos*, cujo enunciado denota estranhamento e desprezo por aquilo que é alheio, estranho ou bárbaro. Segundo Cisneros (2001), a xenofobia se expressa por meio de atitudes hostis e antipáticas para com integrantes de diferentes grupos ou comunidades, representando um ódio pelo que é estrangeiro.

A partir destas considerações iniciou-se um debate em torno da xenofobia relacionada à intolerância religiosa. Isto surgiu no momento em que os alunos trouxeram elementos sobre o preconceito direcionado aos praticantes do islamismo, discriminados e segregados, por vezes, por meio de atitudes xenofóbicas. Há um equívoco, muito comum, de se confundir o islamismo, religião muçulmana fundada pelo profeta Maomé, com o grupo extremista Estado Islâmico, conforme expresso pelos próprios estudantes.

Desta forma se iniciava nossa discussão sobre o preconceito e a intolerância religiosa, assunto tão aguardado pelos adolescentes ali presentes, em especial um aluno, autodeclarado ateu. Este aluno sentia-se diferente, pelo fato de seus colegas de sala declararem-se todos religiosos. Além disso, a escola parecia não dar espaço para as formas diferentes de se pensar a religiosidade. Este aspecto foi levantado pelos alunos, demonstrando, como podemos interpretar, também uma forma de intolerância religiosa da instituição.

Conforme observamos em artigo de Junqueira e Rodrigues (2010, p. 102), sobre a laicidade do Estado e o Ensino Religioso nas escolas, a Constituição Brasileira estabelece a necessidade do “[...] respeito às diversas práticas religiosas e para a liberdade individual e coletiva de culto”. Certamente, na escola tal proposição deveria ser respeitada. Ainda concernente à legislação nacional, prevê-se no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), cuja redação foi alterada pela Lei 9.475/1997, o Ensino Religioso como sendo de matrícula facultativa, respeitando as diversidades cultural e religiosa brasileira. A lei também determina que diferentes denominações religiosas pertencentes à sociedade civil devem ser ouvidas para elaboração dos conteúdos a serem ministrados na disciplina. Tais apontamentos nos levam a questionar as manifestações religiosas dos professores, conforme indicaram os

alunos que tiveram “uma aula inteira sobre a Bíblia” durante o desenvolvimento de disciplina que não era de Ensino Religioso.

Outros aspectos levantados pelos estudantes, sobre as aulas de Ensino Religioso denunciavam que os estudos eram sempre voltados para o cristianismo, sem discussões sobre a diversidade e sim sobre a crença defendida pelo professor. Como destacam Junqueira e Rodrigues (2010, p. 107),

[...] o Ensino Religioso não deve consistir no ensino de conteúdos religiosos, como se fazia tradicionalmente nas aulas de religião. Não se trata de uma disciplina como as demais, que trabalham conteúdos específicos. Também não deve ter a perspectiva da “revelação”. Necessita do conhecimento que, numa visão pedagógica progressista, oportunize o saber de si. Assim, deve oferecer ao educando elementos básicos que compõem o fenômeno religioso de forma a permitir-lhe entender melhor a sua busca de transcendência.

Entretanto, o que se nota nas falas dos estudantes é um verdadeiro abafamento das subjetividades, tanto por parte da instituição quanto por parte da maioria dos professores. Havia queixas, por parte dos estudantes, relacionadas ao fato de um professor, ateu, ser perseguido pelos demais. Outro fato descrito foi a intolerância contra o religioso, vivido dentro da própria sala de aula, quando um professor zombou da crença dos alunos.

Tudo isso se manifesta por meio da fala destes jovens em tom de crítica a um sistema que tem tantas dificuldades para lidar com o diferente. Numa sala de aula composta por um ateu, cristãos e alguém que acredita que “Deus são vários, é diferente em cada cultura” encontramos respeito e tolerância, o que parece não ser uma regra entre os educadores conforme análise dos estudantes ouvidos.

3.2 Jesus: negro ou branco?

Dentre os temas surgidos em meio à discussão do preconceito racial, os alunos associaram este assunto à imagem frequentemente difundida de Jesus Cristo, no cinema e na própria Igreja Católica, como um homem branco. Uma possível explicação para tal observação, encontramos em Santos (2002) que, na Idade Média e no Iluminismo, o imaginário dos homens europeus levava ao preconceito contra o negro. A autora fala que entre os medievais o diabo era sempre pintado de negro, sendo conhecido também como Cavaleiro Negro ou Grande Negro. Percebe-se, então, que o negro era associado

principalmente ao mal, à devassidão, e procurava-se entender por que os negros teriam a pele desta cor. (SANTOS, 2002). Assim, explicações supostamente científicas se misturavam a explicações religiosas, levantando questionamentos notadamente preconceituosos como

Os negros teriam a pele escura devido à forte influência do sol nas regiões habitadas por eles? Seriam tão escuros por sua descendência de Caim que, como castigo, teve sua face enegrecida por Deus após matar Abel? Ou pela maldição de Noé sobre Cam do qual todos os negros descenderiam? Seriam negros por causa da água e dos alimentos que os nutriam, encontrados somente na África? (SANTOS, 2002, p. 278).

Enquanto isso o branco era associado à beleza, à harmonia, à inocência e à divindade ou a Deus (SANTOS, 2002).

Podemos nos deparar, ainda, com estes achados quanto às representações negras e brancas relacionadas à imagem de Cristo na nossa literatura, conforme demonstrado por Proença Filho (2004). O autor fala sobre a obra teatral de Ariano Suassuna, *O Auto da Compadecida*, trazendo um excerto onde Cristo é representado como negro, sendo visto com estranhamento por um dos personagens. Conforme o autor “[...] nem Deus pode ser negro sem despertar estranheza até do homem simples do sertão, e o próprio Cristo tem necessidade de se explicar.” (PROENÇA FILHO, 2004, p. 168).

Desta forma, encontramos nestes apanhados trazidos pelo grupo de alunos a indagação a respeito da desigualdade resultante do preconceito racial abordado durante o segundo dia do minicurso. Os adolescentes traziam a preocupação com o tema, a indignação de quem não aceita como justo nem correto um preconceito sutil (LIMA; VALA, 2004), intimamente introjetado na cultura e na sociedade nas quais estão inseridos.

3.3 Deus: homem ou mulher?

A discussão sobre religiosidade e os preconceitos cotidianos em torno dela seguiu presente na fala dos jovens. Estes traziam elementos do seu dia a dia, contavam experiências pessoais, compartilhando conosco fatos considerados relevantes e que iam completamente ao encontro das ideias propostas no minicurso.

Durante o desenvolvimento de nossos diálogos, em certo momento, notamos dois alunos conversando fora do grande grupo. Eram dois alunos que não estavam dialogando no minicurso com muita frequência. Estavam mais quietos e distantes. Porém, ao pedirmos para compartilharem o que falavam, trouxeram uma temática que se tornou um grande momento de discussão: “Deus pode ser mulher? Na Bíblia ele sempre é retratado como homem.” Neste momento os elementos dos dois dias de nosso minicurso estavam sendo contemplados. Já havíamos discutido a xenofobia e o preconceito racial e agora os alunos nos traziam questões relativas à temática do gênero, vista no primeiro dia.

Neste sentido, o questionamento dos alunos entra em consonância com as constatações de Ecco (2007). A cultura religiosa judaico-cristã teria constituído uma espécie de memória coletiva, associando a imagem de Deus a um ser masculino, ignorando a historicidade por trás disso. (ECCO, 2007). Nunes (1985) afirma que os mitos de criação, em sua maioria, têm como protagonista um personagem masculino. Ainda por este viés, percebe-se que em várias religiões cristãs a mulher ainda é vista como pecadora ou mesmo como sendo a origem do pecado. A mulher deve submissão ao homem desde suas origens, quando bíblicamente, na imagem de Eva, ela é feita a partir da costela dele, representado por Adão. E ela corrompe o homem, trazendo à humanidade sua queda, a origem das penúrias, a dor. Conforme Barreto e Ceccarelli (2015, p.133), Eva foi

Criada para ser ajudante de Adão, ele lhe transmite a proibição divina a respeito da árvore do bem e do mal. Mas a mulher, criada da costela do homem, portanto de natureza inferior, acaba transgredindo a lei paterna. Eva cede à tentação da serpente e em seguida seduz Adão, que acaba corrompendo sua natureza superior.

Portanto, o fato da Bíblia cristã trazer em sua narrativa de origem o homem sendo criado primeiramente, à semelhança de um deus, leva o imaginário popular a associar estes fatores a um deus masculino, chamado por vezes de pai, apresentando a mulher como uma simples ajudante que acabou por trazer a devassidão mundana, corrompendo a pureza natural da humanidade por meio de uma transgressão. Assim, o feminino é vinculado à negatividade, ao mal. (NUNES, 1985). É necessário, como afirma Nunes (1985, p. 51), “[...] transformá-lo no ‘sexo frágil’ para que seu estranho e

maléfico fascínio não se exerça sobre os homens mas permaneça sob seu controle.” E desta forma a moralidade sexual se estabelece sobre a mulher, enquanto a liberdade é destinada ao homem. (NUNES, 1985).

Após esta fala dos adolescentes sobre o gênero de Deus, uma das alunas traz uma contribuição interessante sobre a religião Wicca, na qual a principal divindade é feminina. Segundo a aluna, sua mãe era praticante de tal religião e a abandonara por ocasião do casamento com seu pai. Nesta religião,

[...] cultua-se o aspecto feminino da divindade que se manifesta, entre outras coisas, nos chamados mistérios femininos, como a menarca, a gravidez e a menopausa. A mulher é considerada fonte primordial da criação, uma vez que tudo emana dela, inclusive a divindade masculina, que é seu filho e consorte. (CORDOVIL, 2015, p. 432-433).

Este exemplo de manifestação religiosa trazido pela adolescente demonstra o conhecimento acerca da diversidade e a consciência sobre as relações desiguais de gênero, discutidas durante o primeiro dia do minicurso. Ainda na fala desta jovem, que é a mesma que afirmou acreditar ser Deus vários, diferente em cada cultura, notamos o posicionamento crítico frente à necessidade de tolerância com o diferente.

O surgimento desta discussão num momento quase conclusivo de nossa prática se mostrou uma grata surpresa. Os estudantes, ao tratarem do assunto das relações de poder na temática de gênero, demonstraram grande entendimento sobre as desigualdades existentes na sociedade e, como a cultura exemplificada neste debate por meio do elemento da religião, tem participação preponderante na difusão dos preconceitos e da violência contra o gênero feminino.

4 Considerações Finais

O desafio de ensinar trouxe grandes angústias durante nosso planejamento. No entanto, reconhecemos que toda essa preocupação nos ajudou a buscar a preparação necessária para desenvolvermos de maneira satisfatória aquilo a que nos propusemos. Na medida em que dividimos com os alunos a responsabilidade de estabelecermos juntos um ambiente de diálogo sobre o conhecimento, nossas ansiedades diminuíram e fomos surpreendidos com o quão rico este modelo educacional torna a sala de aula.

Esforçamo-nos para apresentar aos nossos alunos conteúdos relevantes, mas saímos desta experiência tendo aprendido, no mínimo, tanto quanto eles.

As religiões ou as crenças, de modo geral, incluindo-se o ateísmo, surgiram como um assunto que gera tensão entre os alunos, bem como entre estes e seus professores. Diante disso, mostra-se extremamente necessário criar espaços para que tensões como estas encontrem vazão por meio do diálogo entre as partes envolvidas, gerando maior compreensão das diferenças e evitando discursos carregados de preconceito e intolerância.

Destacamos que desenvolver a escuta é tarefa intimamente ligada ao desenvolvimento de bons profissionais do campo da Psicologia. Entretanto, ouvir em sala de aula possibilita também ao professor compreender o aluno, bem como sua história, permitindo-lhe ensinar de forma a promover uma apropriação das vivências por parte do educando, tornando-o crítico e consciente, ao mesmo tempo em que aprende com ele. Como acadêmicos do curso de Psicologia, percebemos que a característica de estar disposto a escutar, tão preconizada em nossa futura profissão, é compartilhada com os fazeres pedagógicos. Assim, entendemos a escuta do outro como uma ferramenta imprescindível para a realização dos dois dias de minicurso e, mais ainda, para o estabelecimento de laços de confiança para a partilha dos conteúdos significativos trazidos pelos alunos, abordados neste texto.

Por meio deste relato buscamos compartilhar resultados de uma experiência breve, porém de muito significado, que ampliou a visão dos alunos tornando-os mais conscientes e críticos a respeito não só do preconceito escancarado, flagrante, mas às novas formas de expressão deste na atualidade. Por meio de tal conscientização, acreditamos que o educando deixa de ser repetidor dos processos que se automatizam na sociedade, tornando-se um novo agente no combate ao preconceito nas suas mais variadas formas de expressão.

Iniciativas como a apresentada neste trabalho poderiam ser incorporadas às atividades cotidianas das instituições escolares a fim de enriquecer o meio educacional, promovendo desenvolvimento intelectual e moral em ações que ampliem os horizontes de educandos e educadores.

Reflections on prejudice and religion in dialogues with teenagers

Abstract. This paper aims to describe and analyze a teaching practice experience carried out by undergraduate Psychology students in a Public High School at Porto Velho city. After previously investigating the students' concerns, interventions were planned in the form of a workshop whose main topic was prejudice and its expressions. The analysis of the experience developed sheds light on the strong presence of religious intolerance in the school context and the need to create an environment based on dialogue and spaces for collective reflection in educational institutions in order to contribute to the students' critical education. Moreover, it points out Psychology's possible contributions to the development of listening attitudes that facilitate the dialogue among educators and learners, thus expanding the opportunities to fight against prejudice and strengthen the acceptance of differences in the daily life at school.

Keywords. High School. Teaching. School Psychology.

Reflexiones sobre el prejuicio y la religión en diálogos con adolescentes

Resumen. El texto tiene como objetivo describir y analizar una experiencia práctica de enseñanza, desarrollada por estudiantes de la carrera docente de Psicología en una escuela pública de secundaria, en la ciudad de Porto Velho - RO. Se ha planificado, después de un examen preliminar de los intereses de los estudiantes, intervenciones por medio de un cursillo, cuyo tema central fue el prejuicio y sus manifestaciones. El análisis de la experiencia desarrollada muestra la fuerte presencia de la intolerancia religiosa en el contexto escolar y la necesidad de crear un ambiente de diálogo y espacios de reflexión colectiva en las instituciones educativas, para fomentar la formación crítica de los estudiantes. Además, se indica las posibilidades de contribución de la psicología en el desarrollo de la capacidad de escucha para facilitar el diálogo entre profesores y estudiantes, intensificando oportunidades de lucha contra los prejuicios y aún reforzar la aceptación de las diferencias en la vida diaria de la escuela.

Palabras clave. Enseñanza secundaria. Docencia. Psicología escolar.

REFERÊNCIAS

AMPARO, D. M. do et al. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos em Psicologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-174, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/09.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. Á. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a04v20n1.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BARRETO, O. F.; CECCARELLI, P. R. Eva, Maria E Lilith: Corpo De Delito. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 43, p.129-138, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372015000100013>. Acesso em: 02 ago. 2016.

- BECKER, A. P. S.; MAESTRI, T. P.; BOBATO, S. T. Impacto da religiosidade na relação entre pais e filhos adolescentes. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 84-98, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v67n1/07.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- BOCK, A. M. B. Psicologia da educação: cumplicidade ideológica. In. MEIRA, M. E. M. e ANTUNES, M. A. M. (Org.) **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. (p. 79-103).
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- BRASIL. Lei 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- CEREJIDO, F. B. O olhar sobre o estrangeiro. **Ide**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 61-65, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200010>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- CISNEROS, I. H. Intolerancia Cultural: Racismo, Nacionalismo, Xenofobia. **Perfiles Latinoamericanos**, v. 10, n. 18, p. 177-189, 2001. Disponível em: <<http://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/332>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- CORDOVIL, D. O poder feminino nas práticas da Wicca: uma análise dos "Círculos de Mulheres". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 431-449, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00431.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004>. Acesso em: 01 ago. 2016.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- ECCO, C. Imaginário e Masculinidade. **Caminhos**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 503-511, jul./dez. 2007. Disponível em: <seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/download/429/356>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- FERRARI, M. A. L. D. O papel da diferença na construção da identidade. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 55, n. 124, p. 1-8, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000100002>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HELENA, B. **18 dicas para ser uma boa esposa**: lista de 1955 que roda a web está causando revolta. Disponível em: <<http://www.vix.com/pt/bdm/comportamento/18-dicas-para-ser-uma-boas-esposa-lista-de-1955-que-circula-pela-web-esta-causando>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Demográfico de Rondônia 2010: Religião. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=censodemog2010_relig>. Acesso em: 01 set. 2016.

JUNQUEIRA, S. R.; RODRIGUES, E. F. A identidade do Ensino Religioso no contexto da laicidade. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. 101-113, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2010v8n19p101>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

LEAL, Z. F. de R.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. de. **Adolescência em foco**: contribuições para a Psicologia e para a educação. Maringá-PR. EDUEM, 2014.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300002>. Acesso em: 21 maio 2016.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como Planejar?** Currículo – Área – Aula. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NUNES, M. J. R. Deus é menina e menino. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 50-55, 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000400010>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017>. Acesso em: 18 ago. 2016.

RECH, P. E. **Os Controles sobre a Educação**: um contrato. 2013. Disponível em: <<http://www.blogdopedroeloi.com.br/2013/01/os-controles-sobre-educacao-um-contrato.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Preconceito, estereótipos e discriminação. In: _____. **Psicologia Social**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 135-163.

RONDÔNIA. Lei 1026, de 20 de dezembro de 2001. Lei que institui feriado no Estado de Rondônia, o dia 18 de junho, como dia dos Evangélicos. Disponível em: <http://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3003_texto_integral>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SANTOS, G. A. dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 275 -289, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000200003>. Acesso em 10 ago. 2016.

THOMAZI, Á. R. G.; ASINELLI, T. M. T. Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 181-195, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a14.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

WACHHOLZ, W. Identidades Religiosas Brasileiras e seus exclusivismos. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 782-798, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n23p782/3393>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016.